

A INFORMAÇÃO-NOTÍCIA COMO BEM JURÍDICO

Denian Couto Coelho¹

RESUMO

A informação pode ser considerada um bem jurídico? O artigo responde à questão a partir da doutrina de Pietro Perlingieri, de que a teoria dos bens não deve se limitar às teorias dos direitos reais e da propriedade. A partir da compreensão de que a notícia carrega em seu próprio conteúdo forte valor de utilidade social e há merecimento de tutela estatal, a mesma deve tratada e protegida como bem. O presente estudo ainda versa sobre a conceituação da doutrina clássica acerca da liberdade de expressão, sua interlocução com o direito de informar e ser informado e o entendimento de que o acesso à informação é direito coletivo universal.

Palavras-chave: Liberdade de expressão, Direito à informação, Democracia, Direitos Fundamentais, Informação-notícia.

ABSTRACT

Can the information be considered a legal property? The article answers this question using Pietro Perlingieri's doctrine as a base. This doctrine understands that the theory of properties should not be limited for the theories of the real rights and ownership. Beginning with the comprehension that information brings inside its own content a strong value of social utility and there is worth of state supervision, it should be treated and protected as a possession. This work also talks about the conceptualization of the classical doctrine about the freedom of expression, its interlocution with the right to inform and be informed and the understanding that the information access is an universal public right.

Keywords: Freedom of Expression, Information Rights, Democracy, Basic Rights/Fundamental Rights, Information-News

¹ Mestre em Democracia e Direitos Fundamentais pela Escola de Direito e Relações Internacionais das Faculdades Integradas do Brasil. Professor de Direito Constitucional das Faculdades Opet.

1 INTRODUÇÃO

Direito fundamental considerado pedra basilar do Estado Social e Democrático de Direito, a liberdade de expressão reclama, ainda no Brasil de hoje, por sua concretização. A livre exteriorização do pensamento sem qualquer tipo de embaraço estatal não exaure em si mesma a demanda pelo amplo exercício do que está disposto no texto constitucional. Majoritariamente, a doutrina pátria reconhece que não basta ofertar ao cidadão a liberdade plena de falar o que pensa como sinônimo de efetivação da liberdade de expressão, mas que esta só se completa, de fato, quando a sociedade possui o real acesso à informação. O Supremo Tribunal Federal, em decisões recentes sobre a matéria, frisou o mesmo entendimento².

Apesar da importante congruência de compreensão entre academia e jurisprudência, é imperioso admitir que o debate jurídico nacional pouco se debruça sobre o tema em estudo neste trabalho, de que o objeto em tela - a informação como notícia - é bem jurídico e, como tal, deve ser protegida.

Nesse sentido, logo no capítulo 1 deste artigo será apresentado o ensino do autor italiano Pietro Perlingieri sobre a matéria, onde, em apertada síntese, o autor defende que a teoria dos bens não deve se limitar à teoria dos direitos reais, tampouco à teoria da propriedade, refutando assim a tese de que o que não for fruto de relações subjetivas proprietárias não pode ser bem.

Adiante, no capítulo 2, tratará este estudo da visão da doutrina doméstica sobre a liberdade de expressão e de informação, suas interlocuções com os direitos de noticiar e de receber informações, bem como seus processamentos. Por fim, na terceira parte, o trabalho versará acerca da universalidade do direito à liberdade de expressão sob o enfoque da informação como notícia.

² Em 2009, o Supremo Tribunal Federal revogou o decreto-lei que exigia o diploma para o exercício da profissão de jornalista sob a alegação de que a norma criava embaraço ao direito fundamental de informar, este universal. No mesmo ano, os ministros da Corte entenderam que a chamada Lei de Imprensa, de 1967, não fora recepcionada pela Constituição da República de 1988 por possuir dispositivos que limitavam a livre manifestação do pensamento. Raciocínio semelhante embasou a decisão sobre a legalidade dos eventos chamados “marcha da maconha”, onde os magistrados reconheceram os direitos à reunião, à informação e à liberdade de expressão como integrantes do rol de direitos individuais de matriz constitucional, tidos como direta emanção do princípio da dignidade da pessoa humana e da cidadania.

2 A INFORMAÇÃO-NOTÍCIA COMO BEM JURÍDICO NA DOCTRINA DE PIETRO PERLINGIERI

Por sua visão constitucionalista do Direito Civil, Pietro PERLINGIERI rompe, de plano, com a visão clássica de que apenas a orientação que identifica as características de qualquer bem possível com aquelas dos bens objetos do direito de propriedade podem ser bem jurídico. De acordo com ele, é o ordenamento jurídico do Estado quem postula a relevância jurídica da informação e, ele próprio, é quem contribui para justificar o seu papel social³. Sob essa lógica, entende o autor que a informação como serviço é quem postula a informação como bem.

Assim, para ser bem jurídico e, por conseguinte, possuir o condão de formar objeto de uma relação jurídica, PERLINGIERI argumenta que a informação é um bem jurídico desde que, primeiro, tenha uma utilidade social e, segundo, encontre na ordem jurídica uma avaliação de termos de merecimento de tutela. Sob esse prisma, a informação em geral, e a notícia, em particular, ao estarem elevadas à condição de dispositivo constitucional na Carta de 1988⁴, preenchem os requisitos impostos pelo doutrinador.

Fundamental, igualmente, para a compreensão universalista da liberdade de expressão, a lição do autor que opera a cisão no entendimento de que o bem está relacionado à sua eventual fruição exclusiva:

De que a relevância de um bem é dada não somente pela titulariedade do interesse no qual se substancia e pela proteção reservada ao titular, mas também pela tutela do bem reservada a terceiros qualificados que, de qualquer modo, obtêm uma utilidade, não necessariamente econômica, da sua conservação⁵.

Informação como notícia, ademais, é bem incorpóreo e, para ser bem, deve possuir utilidade e estar tutelada pelo Ordenamento. Ela está abarcada na tese de PERLINGIERI por ter sua relevância medida pela utilidade que desperta a quem a possui, independentemente de

³ PERLINGIERI, Pietro. *O Direito Civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

⁴ O ordenamento jurídico brasileiro dá relevância explícita à liberdade de expressão e de informação na Carta da República de 1988 como direito fundamental. Vide *Art. 5º, IX* - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; *Art. 5º, XIV* - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; *Art. 220*. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

⁵ PERLINGIERI, Pietro. *Op. Cit.*, p. 961.

seu valor patrimonial. Para ele, em um Estado cujas leis se caracterizem pela socialidade e pela superação do individualismo, há a proteção dos bens – e não somente os patrimoniais.

A conceituação de informação-notícia traçada pelo autor não dista da compreensão clássica da doutrina, avaliada por seu conteúdo⁶, e cuja utilidade se observa pelas diversas ordens de interesses que desperta. No que tange especificamente à utilidade, a informação é bem jurídico voltado a realizar um Estado de Cultura e este deve optar pela informação e pela sua livre circulação, pois, em regra, “quanto maior a massa de informação disponível se torna uma condição de vantagem, uma utilidade, um bem, às vezes pressuposto existencial para a própria concretização dos valores primários do ordenamento”⁷.

PERLINGIERI ainda disserta que a utilização da informação não pressupõe necessariamente o uso exclusivo e único da informação e, mais ainda, ao citar Salvatori PUGLIATTI, diz que “a relevância de um bem é dada não somente pela titularidade do interesse no qual se substancia e pela proteção reservada ao titular, mas também pela tutela do bem reservada a terceiros qualificados que, de qualquer modo, obtêm uma utilidade, não necessariamente econômica, da sua conservação”⁸. Compreende-se, então, que a informação como notícia, uma vez relevante ao interesse social, bem jurídico é e, portanto, deve ser tutelado.

Se vislumbrada a lógica de que a informação cumpre papel de utilidade, o direito a fruir desse bem está abarcado pela liberdade de expressão. Não é exagero sustentar, portanto, que a notícia carrega em seu conteúdo um valor robusto, por demais valioso, vinculado ao próprio Estado Democrático. Carlos SORIA, ao avaliar a importância do referido direito, entende que o simples fato de receber e processar uma informação significa uma participação cidadã deste⁹.

PERLINGIERI não é claro ao falar da informação-notícia como sendo exclusivamente aquela verdadeira, isenta, precisa. Dessa forma, há de se compreender como viável de proteção jurídica, inclusive, uma notícia falsa ou incompleta, desde que esta não tenha sido produzida ou externada sob *malícia real*, termo nascido do julgado *New York Times vs. Sullivann* pela Suprema Corte dos Estados Unidos em 1960. O caso teve como autor o oficial da polícia de Montgomery, L. B. Sullivann, que acionou judicialmente o jornal *The New York Times* por este haver publicado notícia crítica à forma com que a polícia do Alabama havia tratado um grupo de estudantes negros. O policial, ainda que não citado nominalmente,

⁶ O conceito da doutrina será melhor externado no capítulo seguinte desse artigo.

⁷ PERLINGIERI, 2008. p. 967.

⁸ *Idem*, p. 961.

⁹ SORIA, Carlos. *Derecho a la información y derecho a la honra*. Barcelona: Ate, 1981.

ingressou em juízo dizendo-se ofendido em sua reputação por conta da reportagem – pretensão que foi acolhida pelo Judiciário local. Patrícia BRITOS, na obra Ronald Dworkin: libertad de expresión y pornografía, estabeleceu os detalhes tanto do texto jornalístico quanto da sentença:

La publicación contenía errores y el maltrato había sido exagerado; y, por la contraparte, el juez ordenó una compensación para Sullivann por los daños sufridos. No hay que olvidar que este juicio tuvo lugar a principios de los sesenta en el Estado de Alabama. La sensación que les quedó a los medios de comunicación fue que, difícilmente, se podía publicar algo relativo al problema racial, sin que um jurado del sur dictaminara em contra del medio considerando la información falsa o discriminatoria.¹⁰

A Suprema Corte, todavia, a partir da apresentação de recurso, revisou tal compreensão, asseverando que nenhum funcionário público pode demandar por difamação, a menos que prove cabalmente que houve uma malícia real de ofender por parte de quem se expressou. Ronald DWORKIN considera o julgado em atento como sendo a grande decisão protetiva às liberdades de expressão e de imprensa do esquema constitucional dos Estados Unidos. O autor, inclusive, prefere utilizar a expressão “malícia efetiva”, ou seja, não basta, para efeito de sanção, o descuido ou a negligência do jornalista nas pesquisas e coletas de informação para uma reportagem, mas que ele haja sabendo que a notícia é falsa ou com temerária desconsideração (reckless disregard) pela veracidade ou falsidade das informações contidas da notícia. Como efeito do julgamento, DWORKIN entende que a imprensa ficou mais livre a exercer o seu papel:

A decisão da Corte liberou a imprensa para fazer investigações e publicar reportagens sem o medo “paralisante” de que um júri pudesse aproveitar um erro factual ou um lapso jornalístico para determinar uma indenização por calúnia e difamação que levasse à bancarrota o órgão de imprensa em questão. (...) Dificilmente a investigação de Watergate e outras denúncias teriam sido possíveis se a Corte não tivesse adotado uma regra como a regra *Sullivann*.¹¹

A importância da doutrina da malícia real, indubitavelmente, opera no sentido de evitar a autocensura para quem profere uma informação-notícia, garantindo à sociedade valor àquela notícia, ainda que carente de precisão em seu conteúdo. PERLINGIERI, ao entender

¹⁰ BRITOS, Patricia. *Ronald Dworkin: libertad de expresión y pornografía*. Disponível em: <<http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei/>>. Acesso em: 13 de ago. 2012.

¹¹ DWORKIN, Ronald. *O Direito da Liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 312.

que a informação deve ter “uma utilidade socialmente apreciável”¹² sem que isso signifique a exigência de antemão da certeza de sua veracidade, dá valor social e democrático ao que entende ser um bem.

3 LIBERDADE DE INFORMAÇÃO: A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA DA DOCTRINA

Conceitualmente, é necessário que, em primeiro lugar, se distinga a liberdade de informação em geral da liberdade de informação jornalística e estas duas do direito à informação. Este, segundo o magistério de José Afonso da SILVA, é coletivo, enquanto aquelas são individuais. Sustenta o doutrinador que a própria Constituição de 1988 acolheu esta diferenciação:

No capítulo da comunicação (arts.220 a 224), preordena a liberdade de informar completada com a liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV). No mesmo art. 5º, XIV e XXXIII, já temos a dimensão coletiva do direito à informação. O primeiro declara assegurado a todos o acesso à informação. É o interesse geral contraposto ao interesse individual da manifestação de opinião, ideias e pensamento, veiculados pelos meios de comunicação social. Daí porque a liberdade de informação deixara de ser mera função individual para tornar-se função social.¹³

Assim, ao se afastar tais significados entre o direito à informação e a liberdade de informação, criou-se outros dois degraus teóricos a serem explorados, notadamente o que coteja a liberdade de informação em sentido amplo e a liberdade jornalística. SILVA, ao disciplinar a primeira, diz que esta “compreende a procura, o acesso, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem depender de censura, respondendo cada qual pelos abusos que cometer”¹⁴. De outra parte, a liberdade de informação jornalística tem o condão de superar a própria liberdade de imprensa, pois nela se realiza o direito coletivo à informação, ou, nas palavras do jurista, a “liberdade de ser informado”¹⁵, garantindo assim um regime legal específico, que, de um lado fomenta a atuação, reforçando um dos pilares do Estado Social e Democrático de Direito, e de outro imponha freios ao abuso.

Por tal raciocínio, o autor reitera que o artigo 220 parágrafo 1º da Carta Magna alcança qualquer forma de difusão de notícias, comentários e opiniões por qualquer veículo de

¹² PERLINGIERI, 2008. p. 959.

¹³ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 263.

¹⁴ *Ibid.*, p. 249.

¹⁵ *Ibid.*, p. 249.

comunicação social, sejam eles escritos ou de difusão de sons e imagens. No ensinamento do autor, não há a criação de qualquer embaraço à liberdade de informar. Ao contrário:

A liberdade de informação não é simplesmente a liberdade do dono da empresa jornalística ou do jornalista. A liberdade destes é reflexa no sentido de que ela só existe e se justifica na medida do direito dos indivíduos a uma informação correta e imparcial. A liberdade dominante é a de ser informado, a de ter acesso às fontes de informação, a de obtê-la. O dono da empresa e o jornalista têm um direito fundamental de exercer sua atividade, sua missão, mas especialmente têm um dever. Reconhece-se-lhes o direito de informar ao público os acontecimentos e ideias, mas sobre ele incide o dever de informar à coletividade de tais acontecimentos e ideias, objetivamente, sem alterar-lhes a verdade ou esvaziar-lhes o sentido original, do contrário, se terá não informação, mas deformação. Os jornalistas e empresas jornalísticas reclamam mais seu direito do que cumprem seus deveres.¹⁶

Luis Gustavo Grandinetti Castanho de CARVALHO, por sua vez, observa que a separação entre a liberdade de expressão e a de informação “não tem fronteira tão nítida”¹⁷, embora essa distinção seja necessária por conta de que a segunda deve ter como elementos intrínsecos “uma boa dose de neutralidade e imparcialidade”¹⁸. O autor chama a atenção, porém, que a doutrina é unânime em ligar a informação ao seu conteúdo, ou seja, este deve carregar em seu próprio bojo o quesito da verdade e da imparcialidade:

Quem veicula uma informação, ou seja, quem divulga a existência, a ocorrência, o acontecimento de um fato, de uma qualidade, ou de um dado, deve ficar responsável pela demonstração de sua existência objetiva, despida de qualquer apreciação pessoal. A distinção parece de pequena monta, mas não é. Especialmente nos dias de hoje, em que a informação é massificada, em que se multiplicam os meios de comunicação social, em que a internet permite uma comunicação extremamente ágil entre as pessoas de países distantes, em que o indivíduo é bombardeado por tantas informações, é que se torna imprescindível preservar o sentido crítico de cada um, de modo que a pessoa preserve sua capacidade de avaliar as situações que lhe são objetivamente postas e de emitir um juízo de valor que seja seu, que seja produto de suas próprias reflexões.¹⁹

É evidente, portanto, que na sistematização feita por CARVALHO considera-se o direito de informação aquele restrito à divulgação dos fatos objetivamente apurados, enquanto a liberdade de expressão é voltada ao tema da opinião. Dessa forma, o jurista defende que “a informação jornalística é, por excelência, a sua modalidade mais significativa, mais potencializada, mais influente, mais politizada”²⁰.

¹⁶ SILVA, 2001. p. 250.

¹⁷ CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. *Direito de informação e liberdade de expressão*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 24.

¹⁸ CARVALHO. loc.cit.

¹⁹ Ibid., p. 25.

²⁰ Ibid., p. 96

Cláudio Luiz Bueno de GODOY, ao escrever especificamente sobre a liberdade de informação, diz que tal direito é geral e possui “forte componente e interesses coletivos, a que corresponde, na realidade, um direito coletivo à informação”.²¹ Mesma posição o autor detém acerca da liberdade de imprensa - instituto que abarca todos os veículos de comunicação social e não apenas a mídia impressa. O jurista compreende que o direito de veicular as informações é de todos, - pobres ou abastados - descolando assim qualquer hipótese de embaraço à pessoa que se utilizar de tal investidura. E adverte:

Bem se vê, então, desde o direito individual de expressão do pensamento, passando pelo decorrente direito de informar, já impregnado de interesse coletivo, ditado pelo direito coletivo à informação, que a dignidade dos preceitos, tanto quanto aqueles concernentes aos direitos da personalidade, é de índole constitucional. E, mais, tratados na Carta Magna sem atrelamento exclusivo a uma das teorias acerca da liberdade de informação.²²

Desmond FISCHER cita a legislação internacional atinente ao tema e infere que não há limites ao exercício de informar:

A declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 1789, continua no artigo 11, a garantia de que “a irrestrita comunicação de pensamento ou opinião é um dos mais preciosos direitos do homem, daí porque *todo cidadão* pode falar, escrever e publicar livremente, contanto que ele seja responsável pelo abuso de sua liberdade nos casos previstos em lei”.²³

FISCHER, contudo, se por um lado não encontra limitações individuais à capacidade de comunicar, por outro faz a ressalva de que tal liberdade seria um direito fundamental de centro²⁴, deixando a seu redor uma série de direitos e liberdades secundários, derivados daquele. Assim, são naturais possíveis restrições²⁵ e limitações:

²¹ GODOY, Claudio Luiz Bueno de. *A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 54.

²² GODOY, 2001. p. 63.

²³ FISCHER, Desmond. *O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 55.

²⁴ *Ibid.*, p. 51

²⁵ Sobre o tema, relevante é a análise sobre a restrição aos direitos fundamentais. Jane Reis Gonçalves PEREIRA ensina que “as restrições são normas que estabelecem privações ou supressões de certas formas de exercício dos direitos que, partindo-se de uma interpretação ampliada, estariam compreendidas no âmbito de proteção dos preceitos constitucionais que os consagram”. De acordo com a jurista, tal restrição pode aparecer no momento aplicativo, ou seja, “no plano hermenêutico a restrição será toda interpretação e aplicação do direito que conduza a uma exclusão da proteção jusfundamental”. Nesse sentido, a professora explica que tais restrições podem ser de ordem legal (abstrata) ou aplicativa (concreta). As restrições aplicativas repercutem na “dimensão subjetiva dos direitos fundamentais, sem afetar seu conteúdo objetivo enunciado na Constituição e nas leis restritivas”. No que toca à questão da liberdade de expressão, é imperioso reconhecer que a Constituição da República não é clara no sentido da possibilidade de que tal direito seja restringido, enquanto no que versa acerca da liberdade de profissão tal restrição aparece de forma expressa no texto da Carta. De qualquer sorte, a autora assegura que “o legislador está duplamente vinculado

O direito de comunicar seria encarado como o cerne de uma série de liberdades inter-relacionadas na área de comunicações. Em volta dele estariam a liberdade de opinião, a liberdade de expressão, a liberdade de expressão e a liberdade de informação – liberdades que não são absolutas em si mesmas mas que representam as principais áreas da vida humana em que é exercido o direito de comunicar. (...) Daí que as liberdades de informação, de opinião e de expressão, que são partes integrantes do direito fundamental de comunicar, sejam em essência, invioláveis. Na prática, contudo, seu exercício mediante a imprensa livre, a associação aberta com outros, o acesso à informação, à radiodifusão independente está sujeito a restrições e limitações.²⁶

A interpretação do assento constitucional pátrio no que trata da informação jornalística é também explicada por Luiz Alberto David ARAÚJO e Vidal Serrano NUNES JÚNIOR que a compreendem como herdeira da antiga liberdade de imprensa²⁷. Os autores firmam a leitura de que tal direito, entretanto, não é isento de limites – e estes estão voltados ao interesse público:

A informação jornalística é composta pela notícia e pela crítica. Aquela traduz a divulgação de um fato cujo conhecimento tenha importância para o indivíduo na sociedade em que vive. A crítica designa a opinião, o juízo de valor, que recai sobre a notícia. Com isso, o que se quer salientar é que o direito de informação jornalística, apesar de mais forte, reclama a satisfação desses requisitos. Em outras palavras, a liberdade de informar só existe diante de fatos cujo conhecimento seja importante para que o indivíduo possa participar do mundo que vive.²⁸

René Ariel DOTTI disserta sobre a matéria especialmente no que versa a respeito da imposição de limites pelo Estado à liberdade de informação. O autor se preocupa em apontar para as questões mais tormentosas do tema, estas diretamente ligadas ao possível abuso do poder estatal em limitar a amplitude dessa liberdade. Para ele, “O Estado pode revestir uma atitude de abstenção e neutralidade quanto ao problema das informações, na medida em que deixa as fontes à iniciativa privada, não intervindo nos atos de informação e também não procurando orientá-los numa direção favorável à sua ideologia e aos seus interesses”.²⁹ Todavia, reconhece ele que tal postura do Estado não exclui o direito de submeter o problema

aos direitos fundamentais: de um lado deve respeitá-los, abstenendo-se de promover constringências indevidas; de outro, deve promovê-los, reforçando sua promoção”. In: PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. *Interpretação Constitucional e Direitos Fundamentais*. p. 194, 195, 196. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

²⁶ FISCHER, 1984. p. 52.

²⁷ ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de Direito Constitucional*. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 134.

²⁸ *Ibid.*, p. 135.

²⁹ DOTTI, René Ariel. *Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação: possibilidades e limites*. São Paulo: RT, 1980. p. 161.

da informação à legislação que vise fixar, no interesse da legalidade e da ordem pública, os limites da liberdade de informação:

Este princípio figura no art. 10 da Convenção Européia dos Direitos do Homem e da Salvaguarda das Liberdades Fundamentais, no sentido de que o exercício da liberdade de expressão (compreendendo as liberdades de opinião, de receber e transmitir informações ou idéias), comporta deveres e responsabilidades e deve ser submetido a certas condições, restrições ou sanções previstas na lei. Tais aspectos conduzem, numa sociedade democrática, às medidas necessárias à segurança nacional; à integridade territorial ou à segurança pública; à defesa da ordem e à prevenção do crime; à proteção à saúde ou da moral; à defesa da reputação ou dos terceiros a fim de se impedir a divulgação de informações confidenciais ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do Poder Judiciário. Estes são alguns dos limites opostos pelo Estado ao direito de informação.³⁰

Importante também, se vislumbrada a questão da concretização de tal direito para todos, incluídos ou alijados do mercado de consumo capitalista, é a análise de DOTTI sobre os elementos do direito à informação. Conceitualmente, o doutrinador esclarece que tal direito deve ser considerado na perspectiva de um direito à notícia e de um direito ao fato³¹. Por notícia, entende o autor, é o resultado de uma relação de conhecimento entre um sujeito e uma realidade (a manifestação, o fato, um documento)³². Assim, todos teriam a liberdade de receber a informação e, mais do que isso, de se beneficiar dela.

Quanto ao objeto do direito à informação, DOTTI afirma que este “compreende tanto as fontes diretas ou imediatas, como igualmente aquelas chamadas sucessivas ou mediatas. No primeiro caso, se cuida da hipótese do contato direto entre o sujeito que vai obter a notícia e a realidade das fontes; no segundo, ocorre a situação vulgarmente chamada de informação de segunda mão”.³³ Já o que envolve o conteúdo do direito à informação, está contido o que o autor chama de direito à investigação:

Em sentido amplo deve ele ser considerado como a faculdade atribuída aos profissionais da informação, aos meios informativos em geral e também ao público, de ter acesso às fontes para a colheita de informações e opiniões, sem limites gerais. A regra, portanto, supõe a exceção que surge através do direito ao respeito da vida privada quando fonte de acontecimentos sem transcendência pública e dos limites impostos pelo sigilo do assunto (matérias de segurança nacional, de investigação de crimes, de apuração de fatos no ambiente administrativo etc).³⁴

³⁰ Ibid., p. 162.

³¹ DOTTI, 1980. p. 169.

³² Ibid., p. 169.

³³ Ibid., p. 170.

³⁴ Ibid., p. 171.

O ensino de Edilson FARIAS, a seu turno, resume a visão mais abrangente da universalidade do direito da livre expressão. Para tanto, cita a Constituição Portuguesa, cujo texto explícita “que todos têm o direito de informar (art. 37º)” e, por conseguinte, de ser informado. O autor assevera que “o direito fundamental de informar é um instrumento valioso de participação ativa do cidadão, na vida pública e para a formação de um debate democrático estabelecido com base na livre discussão. Destarte, o espaço de liberdade de que dispõem as pessoas para divulgarem livremente fatos ou informações constitui, sem dúvida, um importante índice para aferir-se o grau de liberdade em geral de que desfrutam os cidadãos.”³⁵

FARIAS reconhece, todavia, o *valioso* direito de informar, de falar para o maior espectro de gente possível, algo que hoje mostra-se praticamente restrito aos profissionais da imprensa, pois – com propriedade – o autor disserta que somente estes têm o acesso e a oportunidade de usar os meios de comunicação de massa.

4 A UNIVERSALIDADE DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos assinala que todas as pessoas têm direito à liberdade de pensamento e expressão³⁶. Na prática, contudo, essa realidade não se verifica no país, ainda mais se fecharmos o foco de análise às camadas de baixa renda, onde abre-se um fosso que desajusta um norte mínimo de igualdade material. A livre comunicação, não obstante seja considerada um valor inerente ao regime democrático, é *menos direito* para os pobres do que para os demais. Eduardo Andrés BERTONI ensina que o Estado deve atender a todos os cidadãos sob sua jurisdição e possui duas obrigações³⁷: uma, de respeitar, e

³⁵ FARIAS, Edilson. *Liberdade de Expressão e Comunicação*. São Paulo: RT, 2004. p. 164.

³⁶ A Convenção Americana sobre Direitos Humanos explicita que: “1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha. 2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar: a) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas. 3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões. 4. A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2. 5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência”. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/showarticle.asp?artID=25&IID=4>>. Acesso em 13 jul. 2012.

³⁷ BERTONI, Eduardo Andrés. Op. Cit., p. 190.

outra de garantir os direitos e liberdades consagrados na Convenção. Sobre a primeira *tarefa*, a CIDH orienta que “en toda circunstancia en la cual un órgano o funcionario del Estado o de una institución de carácter público lesione indebidamente uno de tales derechos (enumerados en la Convención), se está ante un supuesto de inobservancia del deber de respeto (...). El Estado responde por los actos de sus agentes realizados al amparo de su carácter oficial y por las omisiones de los mismos aun si actúan fuera de los límites de su competencia o en violación del derecho interno”³⁸. No que se refere à segunda obrigação, a Corte segue o mesmo tom:

Esta obligación implica el deber de los Estados Partes de organizar todo el aparato gubernamental y, en general, todas las estructuras a través de las cuales se manifiesta el ejercicio del poder público, de manera tal que sean capaces de asegurar jurídicamente el libre y pleno ejercicio de los derechos humanos. Como consecuencia de esta obligación, los Estados deben prevenir, investigar y sancionar toda violación de los derechos reconocidos por la Convención.³⁹

BERTONI observa também que o artigo 2º da referida Convenção encaminha a obrigação aos Estados de adotar disposições legislativas para efetivar os direitos e liberdades ali reconhecidos, assinalando que a obrigação de garantir o exercício dos direitos humanos não se esgota com a existência da lei dirigida a fazer possível o cumprimento da obrigação, mas sim que compartilhe a necessidade de uma conduta de governo que assegure a existência, em realidade, de uma garantia eficaz do livre e pleno exercício dos direitos humanos.⁴⁰

Se é fato que o tema da liberdade de expressão, como insiste o autor, é um componente da democracia, ou, ao menos, um instrumento necessário para sua consolidação⁴¹, também é verdade que os ataques ao exercício de falar, noticiar, comunicar – e pensar – devem ser lidos como ofensas de mesmo grau ao regime democrático. No que tange à *ralé*⁴², a situação é ainda pior, uma vez que sequer os tímidos instrumentos que

³⁸ CORTE IDH, Caso “Velásquez Rodríguez”, Sentencia de 29 de julio de 1988, Série C nº 4, parágrafo 170. Disponível em: < <http://190.41.250.173/rij/bases/excep/oblig.htm>>. Acesso em: 15 de jul. 2012.

³⁹ CORTE IDH, 1988..

⁴⁰ BERTONI, 2007. p. 191.

⁴¹ BERTONI, 2007. p. 192.

⁴² No livro *A Ralé Brasileira*: quem é e como vive, o sociólogo Jessé Souza vai além da visão economicista para explicar a desigualdade social brasileira. O autor revela que a *ralé* não se resume ao pobre, cuja pobreza se vê ocasionada estritamente pela carência de recursos financeiros. Tratou-se, em outras palavras, de uma investigação sobre o cidadão que nasceu “sem ‘o bilhete premiado’ de pertencer às classes média e alta” e os reflexos do que isso representa. Souza refuta a visão da sociologia mais conservadora, de que “ao invés da oposição clássica entre trabalhadores e burgueses, o que temos aqui, numa sociedade periféricamente moderna como a brasileira, como nosso “conflito central”, tanto social quanto político e que subordina em importância todos os demais, é a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais que são, ainda que diferencialmente, incluídas”. Embora na obra não haja um capítulo específico sobre a liberdade de expressão da *ralé*, fica claro, tanto na análise mais teórica operada no texto quanto aos casos concretos em estudo, que se analisa uma

oportunizariam o direito, como o funcionamento das rádios comunitárias, são alvo de distorção⁴³.

Na outra ponta do cenário, a grande mídia, sempre que um jornalista é morto ou ameaçado por conta de seu ofício, oferta amplo destaque no noticiário. Não está errado, sobretudo na ótica exposta no texto do professor argentino. Diz o doutrinador que, em ocorrências assim, “se amenaza la democracia”⁴⁴. No entanto, e por outro lado, há de se considerar que esses mesmos veículos de comunicação, cuja propriedade está concentrada nas mãos de poucas famílias no Brasil, pouco contribuem para conceder o exercício de um dos direitos fundamentais mais caros à democracia à grande massa de desvalidos de nossa sociedade. Cicilia Maria PERUZZO, a seu turno, reforça que qualquer forma de participação é válida das pessoas das classes pobres, mas reitera que não basta dar voz aos desvalidos, até porque, quase sempre, a mídia opera por expor cruelmente as mazelas de quem já está afastado do mercado de consumo⁴⁵.

Carlos Roberto Siqueira CASTRO, ao analisar a reemergência do princípio da igualdade no constitucionalismo econômico e social, diz que o grande dilema existente na formulação liberal do princípio da isonomia reside na virtual impotência que apresenta para reduzir ou eliminar as desigualdades materiais entre os homens. Por essa razão, diz o autor, “a tendência do constitucionalismo contemporâneo é não limitar-se à enunciação de um postulado formal e abstrato de isonomia jurídica, mas sim de fixar, em sede constitucional, medidas concretas e objetivas tendentes à aproximação social, política e econômica entre os jurisdicionados do Estado, ou, então, de exigir mediante coordenadas e indicativos precisos, que o legislador adote tais medidas”⁴⁶.

Finalmente, relevante a tese de Marcela BASTERRA que, ao estudar o direito à informação como uma dimensão de direito coletivo, diz que este, como direito fundamental, compartilha o mesmo âmbito de aplicação que os de caráter subjetivo e perseguem o mesmo fim⁴⁷ e, por isso mesmo, tem asseguradas as mesmas garantias.

camada da população onde a informação é considerada irrelevante, onde dela nada se extrai, se compreende ou aproveita-se. Da rale pouco se permite usar, inclusive, de seu direito de informar. In: SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

⁴³ Em artigo intitulado A Liberdade de expressão como um “novo direito”, trato do assunto com maior vagar.

⁴⁴ BERTONI, op.cit..

⁴⁵ PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Op. Cit., in: *Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas*. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/rosana/Peruzzo_2009.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2012.

⁴⁶ CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *A Constituição aberta e os direitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 388.

⁴⁷ BASTERRA, Marcela. *Derecho a la información vs. Derecho a la intimidad*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 2011, p. 81.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posição paradigmática para o Direito Civil de PERLINGIERI externada nesse artigo, de entender a informação como bem jurídico desde que essa seja tutelada pelo Ordenamento Jurídico do Estado e seu conteúdo cumpra papel de utilidade social, reitera à liberdade de expressão o posto de essência do Estado Social e Democrático de Direito. A livre expressão do pensamento, tanto de dizer, receber, possuir e/ou apropriar-se da informação, eleva a notícia ao status de bem coletivo, cuja fruição pode ser múltipla, rompendo assim com a visão da doutrina civilista tradicional.

Nesse ínterim, o *quantum* do valor do bem informação está presente no conteúdo da notícia, ainda que esse possa conter erro culposos de apuração ou imprecisão de qualquer natureza. A doutrina da *malícia real* surgida a partir do caso *Sullivan vs. The New York Times*, se interpretada conjuntamente à obra de PERLINGIERI, reveste o acesso à informação de um precioso caráter democrático.

Não à toa, fundamental é a lógica da universalidade do acesso à informação, onde o autor defende que quanto maior a circulação de informação mais vantajosa é a concretização, inclusive, de outros direitos fundamentais. Portanto, se é fato que o tema da liberdade de expressão é componente desse contexto, inegável igualmente que a doutrina de PERLINGIERI atua no sentido de jogar luz ao tema da informação, servindo esta como alicerce para uma visão mais soberana da democracia.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BASTERRA, Marcela. **Derecho a la información vs. Derecho a la intimidad**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 2011.

BERTONI, Eduardo Andrés. **Libertad de expresión en el Estado de derecho**. 2 ed. Buenos Aires: Del Puerto, 2007.

BRITOS, Patricia. **Ronald Dworkin: libertad de expresión y pornografía**. Disponível em: <<http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei/>>. Acesso em: 13 de ago. 2012.

CARVALHO, Gustavo Grandinetti Castanho de. **Direito de informação e liberdade de expressão**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. **A Constituição aberta e os direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

DOTTI, René Ariel. **Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação: possibilidades e limites**. São Paulo: RT, 1980.

DWORKIN, Ronald. **O Direito da Liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FARIAS, Edilsom. **Liberdade de Expressão e Comunicação**. São Paulo: RT, 2004.

FISCHER, Desmond. **O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves. **Interpretação Constitucional e Direitos Fundamentais**. p. 194, 195, 196. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PERLINGIERI, Pietro. **O Direito Civil na legalidade constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas**. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/rosana/Peruzzo_2009.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2012.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SORIA, Carlos. **Derecho a la información y derecho a la honra**. Barcelona: Ate, 1981.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.